

# CMS autoriza Prefeitura a contratar empréstimo de R\$ 300 mi

MATEUS SOARES  
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) aprovou, ontem, o pedido de empréstimo de R\$ 300 milhões feito pela Prefeitura de Salvador. Em plenário da Casa, a proposta recebeu 30 votos favoráveis e sete contrários. Rejeitaram o projeto os vereadores Thiago Ferreira (PT), Luiz Carlos Suica (PT), Laina Crisóstomo (PSOL), Augusto Vasconcelos (PCdoB), Sílvio Humberto (PSB), Marta Rodrigues (PT), Randerson Leal (PDT) e Arnando Lessa (PT).

A sessão, vale destacar, não contou com as presenças dos vereadores Alfredo Manguiera (MDB), Toinho Carolino (Podemos), Edvaldo

Brito (PSD), Joceval Rodrigues (Cidadania) e Roberta Caires (Patriota).

Em coletiva de imprensa realizada horas antes da votação, o prefeito Bruno Reis, do União Brasil, garantiu que o financiamento é "para fazer obras importantes, como arena esportiva, que falta em Salvador, um grande ginásio de esportes e uma grande arena multiuso".

Com voto contrário, o vereador Sílvio Humberto, do PSB, justificou a sua decisão: "É uma gestão de excelência que não passa no teste de transparência. R\$ 300 milhões não são R\$ 300 reais. Eu fico me perguntando qual a conta que foi feita para se chegar a esse número".

Também ontem, a Câmara Municipal de Salvador manteve, por 24 a favor e 10 contrários, o veto do prefeito Bru-

no Reis ao projeto da vereadora Marta Rodrigues, do PT, aprovado pelo Legislativo em setembro de 2021, permitindo que os créditos do cartão do transporte público, em todas as suas modalidades, tenham validade indeterminada.

De acordo com a justificativa do prefeito, o sistema atual conta com um mecanismo de geração de "lotes de créditos" com datas limite de validade. Essa medida, argumentou, é essencial para garantir a segurança do sistema de bilhetagem e possibilitar o controle gerencial da informação.

A Prefeitura ainda justificou que todos os clientes do Salvador Card têm acesso a mecanismos para prorrogar o prazo de validade dos créditos em cada modalidade de comercialização. Por exem-



A CÂMARA Municipal de Salvador (CMS) aprovou, ontem, o pedido de empréstimo de R\$ 300 milhões feito pela Prefeitura de Salvador

plo, os créditos de meia-passageira estudantil têm validade de 60 dias, exceto o mês da aquisição, mas os estudantes podem revalidar o saldo de crédito a qualquer momento, inclusive no momento da recarga.

O mesmo ocorre com os créditos do vale-transporte

eletrônico, em que as empresas adquirentes podem solicitar o valor das cargas vencidas e não utilizadas, abatendo esse valor na compra de novos créditos.

Bruno Reis alegou que a proposta de extinção da validade dos créditos do Salvador Card "comprometeria um

dos parâmetros essenciais à segurança do sistema de bilhetagem eletrônica do transporte público coletivo". "A data limite de validade garante a rastreabilidade do ciclo de vida do crédito gerado e o controle gerencial da informação", disse o atual gestor da capital baiana, no veto.

## ELEIÇÕES

### Bruno Reis reitera aliança com o Republicanos

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, reafirmou ontem a aliança com o Republicanos. O partido pleiteia o espaço de vice na chapa dele em 2024 e indicou o nome do deputado federal Márcio Marinho para a vaga. Nos bastidores, circula a informação de que a sigla estaria disposta a romper com o grupo carlista caso não seja atendida desta vez.

"Eu ainda não decidi se sou candidato ou não à reeleição. Tenho com o Republicanos uma relação histórica de parceria e de amizade. Eles contribuem de forma decisiva na gestão. Tenho convicção que nós, caso eu decida ser

candidato à reeleição, estaremos juntos. Mas vamos deixar, como tenho dito, essas discussões para o ano que vem", disse Bruno Reis.

O Republicanos pleiteia participação nas majoritárias carlistas desde a ascensão de Neto na cena política baiana. A agremiação, contudo, nunca foi atendida. Em campanhas anteriores, inclusive, o partido chegou a sinalizar que poderia romper com o grupo e migrar para a oposição - mas acabou ficando na base atual após ser contemplado com cargos em secretarias robustas da gestão municipal. Recentemente, o deputado federal Leo Prates, presidente do PDT em Salvador, defendeu que Ana Paula Matos (PDT) tenha prioridade

na briga pela vice. "É dela a condição de se manter na vice-prefeitura. Qualquer mudança só vai acontecer se houver alteração nas condições de temperatura e pressão. Ela é o nome natural para permanecer na vice-prefeitura", garantiu.

Prates também negou que esteja em disputa com Ana Paula para que ele próprio ocupe o posto, vislumbrando a cabeça de chapa majoritária na eventual sucessão de Bruno Reis, em 2028. "Não há essa condição que vocês estão colocando", ressaltou.

BRT - Bruno Reis também comentou a inclusão do BRT de Salvador no Novo PAC, que foi relançado pelo Governo Lula. Segundo ele, a continuidade da obra não de-

pende de recursos federais e que, agora, a continuidade contará com recursos compartilhados entre município e Planalto.

"O BRT Lapa-Iguatemi já estava no orçamento geral da União, tem R\$ 100 milhões empenhados e não recebemos um real até agora. A obra vem sendo tocada com recursos da Prefeitura de Salvador. Tivemos que ir à Justiça ano passado para conseguir autorização do início as obras do trecho total. Espero que esses recursos possam vim para recompor o caixa da prefeitura, mas asseguro a vocês que ele vindo ou não a obra será concluída, está em plena execução e a nossa expectativa é inaugurar no início do ano que vem", declarou.



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis, reafirmou ontem a aliança com o Republicanos

## ACM Neto e Bivar travam disputa interna no União Brasil

Membros da executiva enviaram aos parlamentares uma nota com críticas a Bivar

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O deputado Luciano Bivar (PE), atual presidente da legenda, e o ex-prefeito de Salvador e secretário-geral do partido, ACM Neto, estão travando uma disputa interna de poder nos últimos dias. A confusão foi parar na Justiça. A confusão teve início após Bivar fazer uma intervenção no diretório do Amazonas e convocar, unilateralmente, a convenção estadual para tentar eleger lideranças locais afinadas a ele.

"O Bivar tomou uma decisão unilateral de alterar a comissão provisória do Amazonas. Estatutariamente, qualquer decisão em relação as

composições partidárias nos estados e nas cidades têm que ser aprovada por 60% da comissão instituidora. Comeceu uma ilegalidade. Fomos na Justiça e conseguimos o mandado de segurança que suspendeu essa substituição. E isso resultou naturalmente numa discussão interna que o estado e o estatuto sejam respeitados. Fomos à Justiça por entender que houve um desrespeito ao estatuto do partido", declarou o prefeito de Salvador, Bruno Reis, ontem.

De acordo com o jornal O Globo, por conta da briga no Amazonas, a maioria dos membros da executiva nacional — sete de dez integrantes — enviou aos parlamentares do partido uma nota com críti-

cas a Bivar. Há uma escalada na insatisfação com o presidente da legenda, e uma ala do União se movimenta para que ele não seja reconduzido ao comando da sigla.

Ao jornal, ACM Neto afirmou que será necessária uma mudança na legenda, abrindo mais espaço para que deputados e senadores tenham maior peso nas decisões. "O presidente Bivar, infelizmente, tomou uma decisão individual que caberia à executiva nacional, o que mostra a necessidade de uma repactuação interna no partido, inclusive, para que deputados e senadores tenham maior peso nas decisões", declarou.

O União Brasil é um re-

sultado da fusão do Democratas (DEM), do qual ACM Neto foi presidente, e do PSL, partido liderado por Bivar e que já foi base do ex-presidente Jair Bolsonaro. A fusão aconteceu em 6 de outubro de 2021, deixando a agremiação status de maior partido do Brasil e fundo de R\$ 800 milhões. Contudo, diante dos perfis distintos da legenda, os correligionários nunca se entenderam.

Neto também recebeu críticas de políticos baianos por permitir o acordo e colocar fim no DEM, que já foi liderado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007) no passado. Hoje, o ex-prefeito de Salvador é presidente da Fundação Índigo, braço de formação política do União Brasil.



O EX-PREFEITO de Salvador, ACM Neto, é secretário-geral do União Brasil

## João Gualberto não disputará reeleição em Mata de São João

MATEUS SOARES/REPÓRTER

O prefeito de Mata de São João, João Gualberto, do PSDB, anunciou, na segunda-feira (21), que não disputará as eleições municipais de 2024 e que irá apoiar seu atual vice-prefeito Bira da Baraca na disputa. O tucano confirmou a escolha de Bira, também ex-vereador do município, como seu sucessor. "Tenho certeza de que será também o candidato da grande maioria da população", disse João Gualberto. "Sempre

atento às questões sociais, bom ouvinte, pessoa íntegra, conhece bem Mata de São João e com experiência na vida pública, Bira está apto para essa missão", acrescentou.

Na ocasião, o atual gestor do município também destacou a parceria entre eles nestes quase três anos de mandato. "Bira é um vice-prefeito atuante. Durante esses quase três anos de mandato, ele esteve despachando comigo em meu gabinete", citou. "Juntos decidimos as obras, projetos e tomamos

importantes decisões para a cidade", complementou.

Em coletiva de imprensa, ao ser questionado sobre a composição dos partidos, Gualberto afirmou que essa questão ainda não foi definida. "Na eleição passada foram 19 por partido, 50% do número de vereadores, esse ano está previsto 14, menos ainda". "Se for 14, sairemos com quatro partidos, se voltar o que era, saímos com três partidos, em torno de 60 candidatos. O ideal é termos 50 candidatos", avaliou Gualberto.

## Requião pede pensão vitalícia de R\$ 43 mil para a 'subsistência'

AGÊNCIA ESTADO

O ex-governador do Paraná Roberto Requião (PT) tenta na Justiça receber de forma vitalícia uma pensão de R\$ 43 mil por ter ocupado o cargo. Ele exerceu três mandatos, o último encerrado em 2010, portanto, já não é mais governador há 13 anos.

O petista recorreu ao Supremo na última quinta-feira, 17, contra o atual governador do Estado, Ratinho Júnior (PSD), para reaver o pagamento mensal. Com

patrimônio de R\$ 896 mil declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2022, argumentou à Corte que precisa voltar a receber o dinheiro para garantir a sua "subsistência".

Em abril deste ano, a Segunda Turma do STF atendeu a um pedido dos ex-governadores Emilio Hoffmann, Orlando Pessuti, Jaime Lerner, Carlos Alberto Richa, João Elisio Ferraz de Campos, Paulo Cruz Pimentel e Mario Pereira para que voltassem a receber a pensão vitalícia garantida aos antigos

chefes do Poder Executivo paranaense. Requião argumenta que a decisão também o beneficia, mas o ex-governador acabou tendo o pedido de restabelecimento do benefício negado por uma decisão administrativa do governo Ratinho Júnior.

"O Governo do Paraná informa que cumpriu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e retomou os pagamentos dos subsídios a cinco ex-governadores (eram sete, mas dois faleceram durante o julgamento da reclamação) em maio deste ano.